



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIÚNA

OFÍCIO Nº 1029/2026-62

Jaguariúna, na data da assinatura digital.

Ao Excelentíssimo Senhor Vereador

RODRIGO REIS DE SOUZA

DD. Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna

Assunto: Requerimento nº 302/2025, de autoria do(a) Ilustríssimo(a) Vereador(a) Paula Savioli

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em atendimento ao Requerimento em epígrafe e obediência ao art. 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, bem como ao art. 63, XIV, da Lei Orgânica do Município de Jaguariúna, a Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana informa, referente à instalação de ondulação transversal (lombada) na Avenida Prefeito Laércio José Gothardo, que o pleito não poderá ser atendido.

Após análise técnica, verificou-se que a referida via apresenta tráfego intenso e contínuo de caminhões, ônibus e veículos de transporte coletivo e de carga pesada, característica que inviabiliza a implantação de ondulação transversal, nos termos do Código de Trânsito Brasileiro – CTB (Lei nº 9.503/1997) e das Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN.

Conforme a regulamentação vigente, a ondulação transversal constitui dispositivo de moderação de tráfego restrito, em regra, a vias locais, sendo vedada sua instalação em vias com circulação frequente de veículos pesados, por representar risco à segurança viária, potencial dano aos veículos, prejuízo à fluidez do tráfego, ao transporte coletivo e ao deslocamento de veículos de emergência.

Ressalta-se que a implantação de dispositivos físicos de controle de velocidade deve observar, de forma estrita, as disposições do CTB e as normas técnicas expedidas pelo CONTRAN. Nos termos dos artigos 21 e 24 do CTB, compete exclusivamente aos órgãos executivos de trânsito da União, dos Estados e dos Municípios a implantação, manutenção e operação da sinalização viária e dos dispositivos de controle de tráfego, sempre em conformidade com os padrões e critérios estabelecidos em norma nacional.

Ademais, o artigo 90 do CTB dispõe que nenhuma sinalização ou dispositivo de trânsito pode ser implantado em desacordo com a regulamentação vigente, sendo expressamente vedada a adoção de medidas que não atendam às especificações técnicas e legais aplicáveis.

Cumprе destacar, ainda, que as Resoluções do CONTRAN que disciplinam as ondulações transversais tratam esse instrumento como medida excepcional, condicionada ao atendimento de requisitos técnicos específicos, não sendo admitida sua adoção de forma indiscriminada ou por mera solicitação.

São essas as informações que se apresentam para o momento, renovando votos de elevada

estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

DAVID HILARIO NETO
Prefeito



Documento assinado eletronicamente por **David Hilario Neto, Prefeito**, em 30/01/2026, às 15:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#) e [Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://cidades.sei.sp.gov.br/campinas/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0832777** e o código CRC **EBA8FFBC**.

Referência: Processo nº 3524709.420.00001029/2026-62

SEI nº 0832777